A QG Feminista é uma revista digital gratuita feita com trabalho voluntário de mulheres que escrevem e traduzem textos sobre diversos temas importantes sobre a opressão feminina.

Este zine tem o intuito de mostrar alguns de nossos textos para que você venha conosco para a luta! Vamos juntas!

Acesse todos os nossos textos em:
qgfeminista.org

Número 14 - Novembro de 2020

Créditos

Autoras desta edição:
Alicia Puleo
Feminismo Comunitário
/ Mujeres Creando Comunidad
Justine Calma
Melina Bassoli
Nyéléni
Women Defend Rojava

Ilustradoras desta edição:
Páginas 4, 5 e 21: Isadora Reimão
Página 7: Maria Eduarda
Página 25 e 37: Hariná Marques | @ sementesselvagens
Página 26: Aline Lima
Página 30: Giulia Dora Tavares
Páginas 38 e 39: Paula Cruz | @ thepaulacruz
Capa e demais imagens: Melina Bassoli

Tradutoras desta edição:
Aline Rossi
Bruna Santiago
Melina Bassoli
Sabrina Falcão
Winnie Lo

Quadros:
Melina Bassoli

Convocação de ilustradoras:
Melina Bassoli

Revisão, Diagramação e Projeto Gráfico:
Melina Bassoli

Produção e Distribuição:
Mariana Amaral

Idealização:
Cila Santos

Índice

Breve Histórico do Ecofeminismo 6

Conectando Opressões, Conectando Lutas 12

Mulheres e Soberania Alimentar 16

Pecuária, Desastres Ambientais, Epidemias e o Trabalho das Mulheres 22

Mudança Climática e Responsabilidade Social 27

A Mudança Climática Criou uma Nova Geração de Vítimas do Tráfico Sexual 31

Ecofeminismo: A Perspectiva de Gênero na Consciência Ecológica 34

BREVE HISTÓRICO DO ECOFEMINISMO

Por: Melina Bassoli

Ecofeminismo, é claro, vem da junção de ecologismo e feminismo. A partir da ponte entre essas duas formas de pensar o mundo, cria-se a ideia de que a dominação das mulheres e a dominação da natureza têm uma origem comum, que é exploratória e de base patriarcal.

A história do ecofeminismo remonta às décadas de 1960 e 1970, quando feminismo e ecologia estavam bastante em evidência, com muita construção teórica e prática acerca desses dois assuntos. A luta das mulheres de então dedicava-se em grande parte, especialmente nos EUA e na Europa, dentro da chamada segunda onda feminista, ao direito reprodutivo das mulheres. Em 1974, o termo "ecofeminismo" aparece no texto "Le Féminisme ou la Mort" ("O Feminismo ou a Morte", em tradução livre), de Françoise D'Eaubonne, que coloca tanto o controle de natalidade quanto a explosão demográfica na conta do patriarcado, apresentando uma "estreita relação entre superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina" (Alicia Puleo).

Alguns anos depois, em 1978, Mary Daly retoma o ecofeminismo centrando-o na questão da saúde das mulheres. Assim, não apenas recuperar o controle do próprio corpo seria uma prática ecológica e feminista, mas também preservá-lo da contaminação dos venenos da produção agrícola e industrial, propondo uma nova forma de produção e consumo. Contudo, seu livro "Gyn/Ecology" ("Gin [mulheres, em grego] / Ecologia", em tradução livre) explica o domínio patriarcal da natureza em bases essencialistas, dizendo que a própria natureza masculina, que não é capaz de dar luz, é responsável por criar essa tecnologia de produção que é poluente. Assim, as mulheres, por serem criadoras de vida, seriam naturalmente mais ligadas à preservação ambiental.

Essa visão não escapou de críticas, visto que muitas feministas de segunda onda estavam ativamente empenhadas em demonstrar que não

havia, na natureza de homens e mulheres, diferenças entre suas capacidades mentais: se havia alguma diferença entre os sexos na forma de racionar, essa diferença era de ordem cultural.

No patriarcado, há um esforço de tentar relacionar homens com cultura e mulheres com natureza. Homens e cultura seriam as forças criativas da sociedade, mulheres e natureza, as forças a serem controladas e domesticadas. Uma das bases dessa ideia é o livro "Is female to male as nature is to culture?" (A mulher está para homem assim como a natureza está para a cultura?, em tradução livre), de Sherry Ortner, publicado pela primeira vez em 1972, em que a autora coloca a ideia de que as mulheres estão

subordinadas aos homens nas sociedades patriarcais, da mesma forma que a cultura subordina a natureza, transformando-a de modo simbólico e por meio da tecnologia. Assim, há a uma ideia na sociedade de que a natureza é inferior à cultura, do mesmo modo que mulheres seriam inferiores aos homens.

Nas décadas de 1980 e 1990, várias teóricas vão acatar o ponto de partida do ecofeminismo de que existe relação entre patriarcado e dominação da natureza, mas vão criticar o essencialismo das chamadas ecofeministas clássicas, incorporando ideias do marxismo (como Ynestra King, que aponta uma materialidade da natureza e o ser humano como parte dela) e do anarquismo (como Barbara Holland Cruz, que traz a noção de ajuda mútua, descentralização e democracia direta), por exemplo. O próprio dualismo encontrado no par cultura/natureza é criticado, por teóricas como Val Plumwood, como visão binarista patriarcal, que fazem parte de uma lógica de domínio, que coloca o mundo em perigo.

Com as teóricas dos países do sul global temos a junção dessas ideias também com o colonialismo: a dominação da natureza e das mulheres está ligada à dominação colonial. Vandana Shiva escreve que as ações desenvolvimentistas do primeiro mundo exploram os povos e os recursos dos outros países e têm base no mesmo pensamento que exclui as mulheres da produção. Assim, a monocultura e o latifúndio expulsam mulheres do campo e dos seus conhecimentos acerca da produção de alimentos.

Mulheres e homens desempenham papéis diferentes na sociedade patriarcal. O trabalho de cuidados é delegado às mulheres, o que inclui a alimentação da família, o trabalho doméstico, cuidar de crianças, idosos e doentes da casa, entre outros. Por isso, quando há destruição ambiental, as mulheres acabam sofrendo mais as consequências dele.

Nos movimentos de mulheres camponesas dos países do sul global e movimentos de mulheres indígenas, o ecofeminismo aparece como noção a guiar as ações ambientalistas de grupos desenvolvidos por essas mulheres, que pregam, em linhas gerais, autonomia das mulheres, agroecologia, decisões comunitárias igualitárias e preservação da água e do ar.

> “Não é por terem nascido mulheres, no sentido essencialista do termo, que elas têm a contribuir na discussão de propostas. É porque se tornaram mulheres – e estão inseridas socialmente em atividades específicas, porque têm pontos de vista historicamente e socialmente construídos, que podem oferecer visões sobre o desenvolvimento social que o pensamento e a prática masculinas não são capazes de abarcar.”
>
> (Emma Siliprandi)

Na década de 70 do século XX, alguns movimentos de base feminista e ecológica vão aparecer em alguns desses países, como por exemplo o movimento Chipko, de mulheres indianas. Contudo, as feministas comunitárias da América do Sul apontam que a luta contra o patriarcado, o colonialismo e a devastação ambiental já existia nos seus modos de pensar e agir sobre o mundo, de forma que não pretendemos aqui traçar uma origem exata das práticas ecofeministas. Dessa forma, temos o fato é que a partir de práticas ecológicas, mulheres conseguem espaços nos movimentos sociais de base camponesa.

O ecofeminismo é ainda uma escola de pensamento em desenvolvimento, nascida dentro do movimento radical e da segunda onda feminista, mas que se espalhou de diversas formas pelo mundo, sendo que há defensoras dele em diversas outras correntes de pensamento, como no anarquismo, no socialismo, no liberalismo, fundamentado em religiões e, claro, no feminismo radical.

Bibliografia:
PULEO, Alicia. Luces y sombras del ecofeminismo. Asparkía. Investigació Feminista, nº 11. 2000.
SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, jan./mar. 2000.

ALGUNS CONCEIT

Revolução Verde: Refere-se a profundas modificações pelas quais passou a agricultura (a partir do pós-Segunda Guerra Mundial), mediante a implementaçãos de grande quantidade de insumos industriais e redução do uso de mão de obra, para aumentar a produção. A justificativa dela era trazer possível segurança alimentar e acabar com a fome no mundo, por meio do uso intensificado de novas tecnologias, como fertilizantes, pesticidas e plantas geneticamente modificadas. Esse modelo acabou provocando envenenamento do solo, do ar e da água, esgotamento do solo e erosão, desmatamento, concentração fundiária, empobrecimento camponês, etc., e não conseguiu acabar com a fome no mundo.

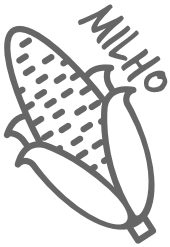
Soberania alimentar: Conceito apresentado pela Via Campesina em 1996, para ser trabalhado em substituição ao de "segurança alimentar" — que propunha a produção suficiente de alimentos para todas as pessoas. Hoje, alcançamos uma grande produção agrícola que alimentaria mais pessoas do que existem no mundo, porém a fome persiste, de modo que o grande problema é a desigualdade de acesso. Diante disso, os movimentos camponeses dizem que não apenas ter alimento suficiente é necessário, mas também ter qualidade e autonomia camponesa na forma de produzir e em quais alimentos produzir. É preciso ter em vista a diversidade alimentícia de cada local, para que possamos combater a padronização alimentar, que obriga todo mundo a plantar o mesmo, independente de climas e solos locais. No mundo todo hoje, poucos grãos são a base da alimentação mundial (como soja, trigo, milho, arroz), o que leva à perda de nutrientes alimentares, extinção de vegetais e mudança de hábitos locais.

Agroecologia: Forma de produção agrícola que leva em consideração a preservação ambiental. As práticas agroecológicas geralmente incluem questões sociais, culturais e étnicas de uma população, sem perder a perspectiva ecológica.

OS IMPORTANTES

***Commodities*:** São produtos de origem primária, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores, como a produção agropecuária. As commodities são cotadas em bolsas de mercadoria e têm cotação global. As agrícolas são negociadas nas bolsas de mercado futuro, em que os especuladores determinam o preço do bem com vencimento numa data futura. Essa especulação retira do produtor o poder de fixar seus preços, que fica na mão do mercado internacional.

Alimentos Ultraprocessados: Processar alimentos significa alterar suas condições *in natura*. O Guia Alimentar para a População Brasileira propôs a classificação dos alimentos baseado em seus graus de processamento. Assim, alimentos *in natura* (sem processamento) ou minimamente processados (que passaram por processos mínimos como moagem, secagem etc.) são parte do grupo mais saudável. Alimentos que tiveram algum tipo de adição de sal, açúcar ou outras substâncias de uso culinário são considerados processados. Já os ultraprocessados são formulações industriais feitas em parte ou no todo a partir de substâncias extraídas ou derivadas de alimentos ou, ainda, sintetizadas em laboratório. Alimentos utraprocessados têm composição nutricional desbalanceada e impacto ambiental. Eles incluem vários tipos de biscoito, bolos prontos, sucos em pó, barras de cereais, salgadinhos chips, refrigerantes, produtos congelados prontos etc.

IN NATURA	PROCESSADO	ULTRAPROCESSADO
		

CONECTANDO OPRESSÕES, CONECTANDO LUTAS

Entendendo a luta das mulheres curdas

Por: Women Defend Rojava (Outubro de 2019)

Tradução: Bruna Santiago

A revolução de Rojava no norte e no leste da Síria frequentemente é descrita como uma revolução apoiada na democracia de base, nos princípios ecológicos e na liberdade das mulheres. Oferece uma alternativa à modernidade capitalista e ao estado-nação. Mas como esses princípios todos se encaixam? É a dedicação a uma mistura de diferentes causas, ou a determinação de sonhar grande, o que uniu esses princípios no mesmo lugar e ao mesmo tempo? Seria possível imaginar uma sociedade liberada no eixo do gênero que não se baseie também em princípios ecológicos, por exemplo? E por que é tão importante que as mulheres defendam especificamente Rojava?

É crucial compreender que o aspecto da liberação de gênero da revolução de Rojava não é só um de uma coleção de valores positivos. Todos os valores da revolução estão intrinsecamente relacionados, e as opressões contra as que lutam provêm das origens da opressão patriarcal. O patriarcado está na raiz de todo o sistema estatal e da opressão que os Estados nacionais modernos infligem à sociedade. As estruturas de poder e mentalidades patriarcais permitiram que o capitalismo desenvolva sua enorme influência.

Isso se deve ao fato de que o patriarcado cria formas de ver e de compreender a vida sem as quais o Estado e o capitalismo não seriam possíveis. Começando com a divisão violenta das categorias de gênero e a opressão das mulheres pelos homens, o patriarcado desenvolveu relações de dominação e de exploração, e de enxergar outras pessoas e o mundo que nos rodeia como objetos que podemos usar e oprimir.

Portanto, segundo os princípios da revolução, baseados na filosofia de Abdullah Öcalan, uma sociedade verdadeiramente liberada no eixo do gênero deve ser uma sociedade genuinamente democrática, e não podemos alcançar essa democracia sem abordar a opressão patriarcal. A crise ecológica que se enfrenta no mundo provém de nossa relação fundamentalmente exploratória e destrutiva com a natureza, que por sua vez se baseia nas relações patriarcais de exploração e opressão entre os povos.

A revolução está decidida a sonhar grande, mas entendendo que se realmente queremos criar uma mudança, não temos outra opção. Se consideramos que a libertação de gênero significa que as mulheres têm mais êxito no sistema tal como está, ou se a vemos desconectada de outros assuntos, não derrotaremos realmente o patriarcado. Não liberaremos e democratizaremos a sociedade. Não podemos separar "a questão da mulher" da revolução em seu conjunto, ou deixar que chegue mais tarde em nossas prioridades, porque está na base de toda a luta.

Digam o que disserem, os inimigos da revolução sabem disso tudo muito bem, como podemos ver na violência constantemente dirigida que o Estado turco e seus aliados têm infligido às mulheres do norte e do leste da Síria. Isso não é coincidência; e tem sido uma tática para tratar de romper a resistência e a organização da sociedade. Podemos ver que também entendem a conexão entre a liberdade e a ecologia das mulheres e a sociedade, já que a mesma série de ataques tem cortado ou contaminado o fornecimento de água ou queimado grandes extensões de terra até convertê-las em cinzas.

A resistência também conhece a verdade de tudo isso e constrói uma perspectiva de esperança a partir dessas conexões. Entendemos que se realmente desafiamos o patriarcado, também estamos desenvolvendo uma relação mais harmoniosa entre todos os humanos, e entre os humanos e a natureza. Estamos desafiando o Estado e a dominação, e estamos desafiando a base do capitalismo. Quando defendemos Rojava como mulheres, estamos defendendo os valores centrais da alternativa à modernidade capitalista.

DEMOCRACIA DA TERRA

POR: MELINA BASSOLI. TEXTO ADAPTADO A PARTIR DE TRECHOS DE: DEMOCRACIA DA TERRA – ENTREVISTA COM VANDANA SHIVA. IN: YES MAGAZINE. 1/1/2003. TRADUZIDO POR: ALINE ROSSI.

MULHERES E SOBERANIA ALIMENTAR

Por: Nyéléni (Boletim internacional Nyéléni, Número 6)

Tradução: Sabrina Falcão

Mulheres em áreas rurais e urbanas: uma história com muito em comum

Dia a dia, as mulheres enfrentam problemas pelo simples fato de serem mulheres: seja no campo ou na cidade, elas se deparam com um sistema econômico que discrimina todas igualmente, já que é capitalista e patriarcal. Um sistema que se baseia na separação entre produção e reprodução; que coloca as atividades de mercado dentro da primeira e as tarefas que geralmente as mulheres desempenham dentro da segunda, tornando os laços entre as duas invisíveis. Em oposição a esta separação, a economia feminista mais uma vez amplia a noção de trabalho (1) e a diferencia da noção de emprego (trabalho remunerado ou no mercado), para incluir na definição de trabalho as tarefas de reprodução biológica e social, ou seja, tarefas domésticas, comunitárias e de cuidado. A Soberania Alimentar também se situa nesse quadro, pois reconhece o trabalho fundamental que as mulheres realizam, bem como implica na redistribuição e igualdade de tarefas entre todos os membros do agregado familiar.

Um novo olhar para o agronegócio

Por essa perspectiva, problemas como os gerados pelo agronegócio — que supõem um modelo corporativo baseado na exploração e concentração — podem ser vistos em todas as suas dimensões: desde seus custos sociais mais evidentes, como o deslocamento de camponesas e camponeses ou relacionados à exploração do trabalho em termos gerais, até aqueles mais invisibilizados, que estão relacionadas à divisão sexual

do trabalho. Em setores altamente mecanizados, como soja ou cana-de-açúcar, os cargos mais qualificados são ocupados por homens, enquanto as mulheres ocupam tarefas relacionadas a serviços de apoio, como limpeza e cozinha. Por outro lado, em setores como frutas e flores, as mulheres são contratadas por sua habilidade no manejo delicado (como embalar frutas), sem que isso implique um reconhecimento econômico particular: na verdade, em geral se contrata mulheres jovens por um salário mínimo e sem lhes garantir seus direitos trabalhistas.

Mulheres e acesso ao território

Na prática, observa-se que a acentuação da economia de mercado tende a aumentar as disparidades existentes, tanto em termos de exploração do trabalho associada ao agronegócio quanto ao acesso diferenciado à terra entre homens e mulheres. Segundo a FAO (2), à medida que a terra é comercializada e sua disponibilidade diminui, observa-se que os membros da família do sexo masculino reduzem o acesso à terra que as mulheres possuíam, principalmente no caso de viúvas e divorciadas. Apesar de representar em média 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento (3), as mulheres possuem menos de 15% das terras em todo o mundo (4). Ao negar às mulheres igualdade de acesso à terra — que não tem que ser limitada à propriedade privada, mas também pode assegurar direitos sobre ela por meio do arrendamento de propriedade pública ou comunal — sua condição é desgastada econômica, social e politicamente, o que está diretamente ligado ao sistema patriarcal. Esse sistema estabelece que a terra é herdada pela linha paterna, e que as mulheres só podem acessá-la por meio de seus filhos homens, maridos ou parentes homens. Além disso, o patriarcado historicamente colocou as mulheres em uma posição que lhes permitiu o uso da terra, mas não sua propriedade. A falta de reconhecimento do papel das camponesas na agricultura familiar faz com que estas geralmente não tenham recursos garantidos, pois as vendas são feitas em nome do dono da propriedade (que geralmente é um homem), o que leva a outro tipo de problema, como o fato dessas mulheres serem privadas de certos direitos que têm os assalariados: na Espanha, por exemplo, foi

negado a essas mulheres assistência para suas crianças com menos de três anos. Portanto, é preciso reconhecer o trabalho e os direitos das mulheres camponesas, o que implica necessariamente repensar as políticas agrárias e sociais e a distribuição da renda no lar. Quando são realizadas reformas agrárias que tomam o que foi dito até agora como um problema e tenta-se resolvê-lo, as agricultoras podem acessar os créditos e planejar sua produção por meio da propriedade da terra, ao mesmo tempo em que obtêm mais poder de barganha em seus lares e nos processos de tomada de decisão dentro de sua comunidade. Na Nicarágua, por exemplo, uma nova legislação começou a ser aplicada na década de 1980, estabelecendo benefícios iguais para homens e mulheres por meio de programas de posse de terra. Por sua vez, em 1997, foi aprovada a lei da titularidade conjunta, que indicava que ambos os cônjuges deveriam ser incluídos nos direitos adquiridos pelas famílias por meio de um programa de reforma agrária. Isso significa que, em vinte anos, a porcentagem de mulheres que tiveram acesso a títulos de propriedade da terra aumentou de 10 para 42 por cento (5).

De Nyéléni até hoje: o papel das mulheres na produção e distribuição de alimentos

O fato de os fóruns de Soberania Alimentar que impulsionam o movimento camponês terem o nome de Nyéléni não é por acaso: esse nome pertence a uma mulher cuja história é contada na África e que atravessou os anos, até chegar aos nossos dias. Segundo a história, Nyéléni foi uma mulher do Mali que priorizou a agricultura, considerada tarefa de homem, e que conseguiu vencê-los em todas as competições agrícolas em que a enfrentaram. Ela também conseguiu domesticar plantações de "fonio" e "samio" [N.T.: nomes das plantas conforme constam no artigo original], superando a aridez do território e alimentando toda a população do Mali. Nyéléni é um símbolo da tarefa fundamental que as mulheres desempenham na conquista da Soberania Alimentar. Hoje, nos países em desenvolvimento, as camponesas geram entre 60 e 80% da produção de alimentos. Além disso, como Nyéléni, as mulheres tiveram que enfrentar grandes desafios (como a propagação de doenças como HIV/AIDS, conflitos armados ou a migração de ho-

mens para as cidades), o que levou ao fato de, nos últimos anos, pelo menos um quarto das famílias nas áreas rurais fossem chefiadas por mulheres. No entanto, permanece o desafio para as mulheres alcançarem o mesmo nível de poder social que os homens, uma vez que as tarefas que desempenham continuam a ser desvalorizadas.

Alcançar a Soberania Alimentar

Nosso sistema atual, que divide as tarefas entre produtivas e reprodutivas, reservando a primeira para a esfera masculina e a segunda para a feminina, coloca obstáculos à Soberania Alimentar. Esse sistema associa as tarefas que envolvem a compra e preparação de alimentos com a esfera da reprodução; mas para que a Soberania Alimentar seja possível, essas tarefas devem ser valorizadas e compartilhadas. Os fundos de greve e as cozinhas coletivas são um exemplo claro de como pode ser valiosa a preparação e distribuição de alimentos. Muitas greves que buscavam melhorias trabalhistas foram possíveis no passado graças ao trabalho das mulheres nesses fundos coletivos. Embora sua contribuição muitas vezes tenha sido invisível na história do movimento operário, as mulheres têm sido as protagonistas desses processos de transformação, que sobreviveram graças à sua presença e porque assumiram papéis como o do preparo coletivo dos alimentos.

A alimentação na sociedade de consumo

A indústria de processamento de alimentos, as grandes redes de supermercados e a indústria farmacêutica procuram ditar as diretrizes que devemos seguir no dia a dia: o que devemos comer, o que nos faz bem ou mal, o que está ao nosso alcance. Refletir sobre esse assunto e começar a considerá-lo um problema nos faz pensar em alternativas. A resistência está na diversificação dos alimentos e nas formas de produção e consumo que fogem às impostas pelo mercado. Como deixar de fazer parte do modelo de sociedade de consumo, para criar outro modelo de convivência por meio da alimentação? Há experiências de grupos de compra direta e antecipada, que criam vínculos entre as mulheres residentes nas áreas rurais e urbanas e que podem resultar no preparo e distribuição coletiva de alimentos. Além disso,

em vez de produtos de baixa qualidade importados pelos supermercados, que muitas vezes não respeitam as diretrizes culturais da alimentação e tentam impor formas de consumo irresponsáveis (comercialização de frutas e verduras fora de época), pode-se optar por adotar hábitos alimentares que promovam os alimentos produzidos e comercializados localmente por meio de redes de comércio justo.

Industrialização: da natureza e do corpo da mulher

O processo de industrialização da natureza na agricultura é o mesmo da industrialização dos corpos das mulheres. Na agricultura, a ideia é maximizar a produtividade por meio de insumos externos, reduzindo os ciclos naturais de descanso necessários para a recuperação da fertilidade do solo. Assim, a indústria cria pesticidas, agrotóxicos e sementes melhoradas do ponto de vista do capital, para produzir mais alimentos e mais rápido. No caso das mulheres, todos os seus ciclos naturais, como menstruação e menopausa, são tratados pelo capital como doenças que reduzem sua produtividade no trabalho. E para evitá-los, utilizam-se métodos como o uso de hormônios injetáveis ou subcutâneos ou medicamentos que suspendem a menstruação ou controlam seus efeitos. Como na agricultura, esses mecanismos colocam os corpos das mulheres sob o controle da indústria. Assim, no caso do controle reprodutivo, por exemplo, são estimulados métodos contraceptivos que não estão sob o controle da mulher, como os hormônios injetáveis em vez do uso da pílula diária ou do preservativo (o que também permite às mulheres negociarem seu uso com seu parceiro). Percebemos que há uma estratégia comum para a agricultura e as mulheres, pois são as mesmas indústrias que produzem os agrotóxicos e os hormônios injetáveis, como Monsanto, Syngenta, Novartis, que fazem parte de empreendimentos conjuntos, todas autodenominadas "bioindústrias".

Compartilhar experiências para fortalecer a participação das mulheres

Muitos movimentos sociais e organizações de base estão empenhados em denunciar as desigualdades e injustiças no

mundo, baseadas no sexo — o que inclui a participação desigual das mulheres na política e nos processos de tomada de decisão, ou a discriminação em termos de direitos e leis — e seus apelos por mudança são constantes. No entanto, seus desafios diários geralmente consistem em aplicar essas mudanças tão necessárias dentro do próprio movimento. Muitos mecanismos foram desenvolvidos para facilitar a criação de um novo modelo dentro do próprio movimento, e alguns deles podem ser facilmente aplicados em vários contextos. Aqui estão algumas ideias: criar grupos de mulheres dentro da organização; a aplicação de cotas para garantir a igualdade de participação das mulheres; evitar identificar homens e mulheres com uma tarefa específica (usando um exemplo da agricultura: os homens usam máquinas enquanto as mulheres colhem pequenos frutos); a presença de mulheres em cargos de liderança; acesso a serviços de creche para permitir uma maior participação das mães; coerência na linguagem e no conteúdo das publicações do movimento; realização de cursos de formação sobre o tema para homens e mulheres, a fim de estimular a reflexão, e muito mais…

Torne isso possível dentro de sua organização!

Notas

1 — A partir do desenvolvimento industrial "só se estabelece como trabalho o trabalho assalariado ou por conta própria, perdendo-se nesta categoria as atividades não remuneradas exercidas pelos membros do agregado familiar para cobertura das suas próprias necessidades. Desse modo, a definição original de trabalho restringe-se apenas às atividades que apresentem características de mercado de trabalho" (Cristina Carrasco, A sustentabilidade da vida humana, uma questão feminina?, 2001).

2 — Relatório de Gênero e Terra. Condições iguais, FAO, 2007

3 — FAO, 2011

4 — Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres, 2006

5 — Para mais informações: www.rlc.fao.org/es/desarrollo/mujer/situacion/pdf/genytierr.pdf

PECUÁRIA, DESASTRES AMBIENTAIS, EPIDEMIAS E O TRABALHO DAS MULHERES

Por: Melina Bassoli

O consumo de carne aumentou muito nas últimas décadas. Ele está associado a progresso social, ter carne na mesa significa, para muita gente em nossa cultura, ter uma refeição completa. Assim, não ter carne, significaria comer insuficiente ou ter uma refeição pobre.

Por trás dessas noções culturais existe uma indústria que incentiva o consumo de carne e tem aumentado, de forma exponencial, a produção de carnes e produtos derivados no mundo. Nossa dieta é modificada por "um modelo que tem promovido a concentração empresarial, deixando para um punhado de empresas transnacionais a capacidade de decidir quais carnes e derivados consumimos, o quanto, e como elas são processadas"[1]. Por baixo dessas decisões ocorrem violações de direitos humanos e dos animais.

Direitos humanos são violados quando pessoas são pressionadas a saírem de suas terras, seja por meio da concentração fundiária promovida pelas transnacionais da indústria agroalimentar, seja por meio da devastação ambiental causada por essa mesma indústria. A pecuária é responsável por muito desmatamento, uma vez que precisa frequentemente expandir suas áreas. Ela é, hoje, a principal utilizadora de terras agrícolas (somadas as áreas para pastagens e para plantação de alimentos que servirão de ração para o gado).[2]

Na atual demanda por carne, são necessários 60 bilhões de animais para supri-la todos os anos. É estimado que a produção de carne e demais produtos de origem animal sejam responsáveis por 51% das emissões globais de gases de efeito estufa[3], principais causadores das mudanças climáticas, que provocam tempestades intensas, secas prolongadas, ciclones e incêndios. Os desastres provocados por essas mudanças são o principal motivo de deslocamentos no mundo atualmente[4]. Isso é prejudicial para mulheres e crianças, não só pelo fato mais óbvio de que sem um meio ambiente saudável todas os seres vivos são lesados, mas também

porque nós somos mais vulneráveis às violências decorrentes da insegurança climática e alimentar.

Nos casos de deslocamentos provocados por crises ambientais, é comum o homem migrar primeiro, porque ainda são vistos como provedores, indo em busca de empregos em outros lugares, enquanto as mulheres migram apenas quando a situação do local fica insustentável. Elas permanecem nos locais que sofreram erosão e assoreamento, com cargas de trabalho pesadíssimas, sustentando crianças, idosos e doentes que também ficaram. Além disso, nos casos de migração forçada em que mulheres vão para abrigos apartadas dos familiares homens, existe uma maior possibilidade de serem vitimadas ali também pela violência masculina.

O fato de as mulheres geralmente terem mais pessoas sob seus cuidados do que os homens leva ao risco de elas aceitarem quaisquer remunerações que aparecerem, sendo que acabam em piores cargos e condições de trabalho. E o fato de serem mulheres leva seus corpos a serem vistos como moedas de troca. É muito comum que haja, durante crises ambientais e climáticas, relatos de mulheres e crianças denunciando que foram prostituídas em troca de mantimentos, inclusive por parte de homens que deveriam estar ali para ajudá-las, como os que compõem missões de paz. A vulnerabilidade dos migrantes aumenta o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, cujas principais vítimas são mulheres.[5]

A carga de trabalho das mulheres, tanto camponesas quanto citadinas, é ainda afetada pela pecuária porque essa indústria causa doenças. 75% das doenças humanas epidêmicas têm origem em animais[6], e isso está diretamente ligado ao atual modelo pecuário. Animais da indústria pecuária recebem antibióticos de forma massiva (recebem mais do que as pessoas[7]), inclusive de forma preventiva, sem que estejam doentes, para que possam sobreviver às condições ruins, como de confinamento no caso da pecuária intensiva, o que faz surgir bactérias resistentes. Além disso, a devastação das florestas para o estabelecimento de pastagens obriga animais selvagens ao contato humano, o que pode trazer doenças para nós. Além das doenças epidêmicas, esse modelo prejudica nossa saúde porque usa venenos, drogas e hormônios que desregulam nossos sistemas

endócrino e imunológico. Neste mundo patriarcal, mais pessoas doentes significa mais horas de trabalho para as mulheres, porque nós somos as pessoas vistas como cuidadoras, esse não é um trabalho compartilhado por todos.

O patriarcado, aliás, desvaloriza as tarefas relacionadas ao que chamamos de "ética do cuidado". Isso inclui compaixão pelos seres vivos, tanto humanos quanto de outras espécies animais e plantas. O sofrimento animal é considerado uma preocupação menor na sociedade ou, até mesmo, boba. Isso faz a devastação ambiental, as queimadas, a hormonização de animais e a emissão de gases de efeito estufa, provocados pela pecuária, serem colocados como males necessários para o progresso e avanço da economia, essas, sim, preocupações julgadas válidas.

As mulheres não estamos ilesas de pensar assim. Mesmo que nós sejamos consideradas as cuidadoras, nós também pensamos no cuidado, de forma geral, como algo menos importante, porque fomos educadas com o mesmo pensamento liberal que os homens. Podemos ver isso na forma como entendemos a educação das crianças, por exemplo, em que as responsáveis por cuidar delas são as mulheres, mas não quaisquer mulheres, são suas mães. Os filhos dos outros não são vistos por nós como problema nosso, "cada um que cuide do seu".

Mesmo criadas para o cuidado, nós o desvalorizamos porque somos levadas a pensar que é um problema individual, e consideramos importante a manutenção da economia. Não costumamos pensar que a própria ideia do que é considerado produtivo e, portanto, de valor econômico, foi construída dentro do capitalismo e da visão masculinista de mundo. A economia não é um dado natural, é também construção social.

É preciso desmontar a ordem patriarcal e capitalista, precisamos reconhecer a importância de se cuidar da natureza e de que todos os seres humanos se tornem responsáveis por esse cuidado. Para isso, é necessário identificar que a indústria pecuária segue um modelo de produção que mantém a ordem social, que é prejudicial para as mulheres, visto que é provocador de crises, epidemias, isolamentos e migrações forçadas, aumentando nossa carga de trabalho e nos deixando mais vulneráveis às violências masculinas.

Notas:
1. VIVAS, Esther. O Negócio da Comida. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
2. BRUINSMA, J. World agriculture: towards 2015/2030. Londres: FAO, 2003.
3. GOODLAND, R. e ANHANG, J. Livestock and Climate Change. Washington: World Watch, 2009.
4. OXFAM. Forced from home: climate-fuelled displacement. Oxfam, 2019.
5. COELHO, Sabira. The Climate Change — Human Trafficking Nexus. Bangcoc: IOM, 2016
6. FREIRE, Juliana. Novas doenças animais são desafio constante para a ciência. Embrapa, 2014.
7. CHAN, Margaret. Resistencia a los antimicrobianos em la Unión Europea y em el mundo. Copenhague: OMS, 2012.

DADOS SOBRE MULHERES E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Mulheres são mais ativas em projetos de reforma ambiental (estima-se que representem entre 60% e 80% dos membros de organizações ambientais de base)[1], mas estão sub-representadas nas áreas da política de proteção do clima (política de energia, planejamento de transporte, planejamento urbano)[2].

As mulheres tendem a perceber os riscos ambientais como mais graves e ameaçadores[1] e expressam maior preocupação com as mudanças climáticas do que os homens[3].

As mulheres mostram maior conhecimento científico sobre as mudanças climáticas, porém subestimam seus conhecimentos sobre o assunto mais do que os homens[3].

As mulheres são mais céticas quanto à eficácia das políticas atuais para conter a mudança climática[2].

DADOS REFERENTES A: 1. MUNDO; 2. UNIÃO EUROPEIA; 3. EUA.

1. ERGAS, Christina e YORK, Richard. Women's status and carbon dioxide emissions: A quantitative cross-national analysis. Universidade do Oregon: Social Science Research, vol. 41, 2012.
2. ALBER, Gotelind e ROEHR, Ulrike. Climate Protection – what's gender got to do with it? In: Women and Environments International magazine 70/71, 2006.
3. McCRIGHT, Aaron. The Effects of Gender on Climate Change Knowledge and Concern in the American Public. Population and Environment, 32, 2010.

MUDANÇA CLIMÁTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Por: Feminismo Comunitário / Mujeres Creando Comunidad.

Tradução: Melina Bassoli

A Mudança Climática não é um processo natural da Pachamama, nem de autorregulação nem de autodeterminação, é elemento forçado pela humanidade que não a concebe como uma entidade com vida e direitos. A Mudança Climática é consequência da atividade humana, dos excessos humanos concebidos no marco de um modelo de desenvolvimento predatório que se sustenta no consumo de combustíveis fósseis e no desmatamento e na violação da natureza para expandir as cidades de cimento. Um sistema capitalista e patriarcal em que tudo é mercadoria, tudo pode ser propriedade privada e tem um preço, e todas as consequências da atividade humana podem ser remendadas ou modificadas com a ciência e a tecnologia. É consequência de um sistema que se acha criador como o auge de seu poder, e que na realidade minou as condições mínimas para perpetuar a vida em um cosmos harmonioso; para nós, a Pachamama.

Os efeitos das Mudanças Climáticas são diferentes para as mulheres e mais intensos, por causa de seu papel socialmente atribuído, no qual a produção, alimentação e cuidado da família são centrais; a criação dos bebês e o trabalho fora de casa que não implica que deixem de fazer o chamado trabalho doméstico. Isso faz ela sentir com maior intensidade as mudanças no clima. No meio rural, seu trabalho agrícola e pastoril se complica, ela deve percorrer mais distâncias para encontrar mais forragem, deve trabalhar mais na terra para devolvê-la à produtividade, deve fazer cálculos permanentes para a semeadura ou depois, conforme vêm as chuvas ou geadas em um clima incerto, tudo baseado em seu conhecimento do cotidiano. Nas cidades, a dinâmica da mulher também é afetada, cuidar da saúde

dos filhos exige mais tempo e conhecimento, o abastecimento de alimentos — que não chega mais do campo na mesma época, e nem sempre no melhor estado devido ao calor ou frio extremos, e cujo preço também aumenta devido às mudanças do clima –, exigem delas mais tempo, mais trabalho e reformulação permanente de seus conhecimentos para enfrentar uma nova realidade.

Entendemos como patriarcal essa atribuição desigual de papéis e tarefas para sustentar a sociedade, e é a partir dessa mesma lógica que hoje "o mundo" pensa para enfrentar as mudanças climáticas.

Obviamente, alguns países, aqueles que se autodenominam desenvolvidos, depredaram, contaminaram e violaram a Pachamama mais do que outros. 75% das emissões de gases de efeito estufa que causam as mudanças climáticas são produzidas por esses países, suas indústrias, elites e corporações, então surge o conceito de Dívida Ambiental[4], novamente uma visão capitalista que acredita que a vida arrebatada e destruída pela atividade desses países pode ser compensada com dinheiro, ou seja, eles buscam colocar-lhe um preço.

Mas quem receberá dinheiro em troca dos danos causados ao planeta? A partir de uma lógica bastante simplista, os bandidos do norte vão pagar aos mocinhos do sul para reparar seus danos, para continuar causando com menos críticas e com maior legitimidade, porque eles pagam por isso. Os povos do sul devem usar esse dinheiro para conservar a natureza e inventar um novo modo de vida que prejudique menos a Pachamama. Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e outras organizações especializadas em "cooperar" ou melhor, impor "soluções" para todos os tipos de problemas econômicos, de direitos, de gênero e hoje ambientais, são as mulheres as que são chamadas a serem protagonistas nessa empreitada, ou seja, o dinheiro de um possível Fundo Global será destinado à transferência de tecnologia, principalmente para mulheres, para adaptação e mitigação das mudanças climáticas, esta é a realidade e deve ser enfrentada.

Novamente, a visão patriarcal, que entende o homem

como cultura e a mulher como natureza, se impõe para nos atribuir mais uma responsabilidade "de reparar os danos que causaram ao planeta", mais uma às nossas múltiplas responsabilidades de trabalho árduo e mínimo reconhecimento. Se nossas visões e conhecimentos não forem assumidos na análise do problema ambiental, feita pelos estados e organizações "especializadas", não seremos "executores de suas soluções".

Com base no feminismo comunitário, exigimos que todos e todas que contribuíram para o aquecimento global, a poluição e, portanto, as mudanças climáticas assumam sua responsabilidade na medida que lhes corresponde, alguns e algumas mais do que outros, certamente.

Com base no feminismo comunitário, recusamos aceitar que são as mulheres as que devem ser "capacitadas" com tecnologias de "países desenvolvidos" para curar Pachamama. Não vamos assumir sozinhas uma responsabilidade que é coletiva e social. Não. Consideramos que pagar pela violência exercida contra a Pachamama não é uma alternativa, tampouco colocar a carga da responsabilidade sob a mulher; acreditamos que deve haver um trabalho coletivo em que todas e todos, as comunidades, os países e os Estados reconheçam, assumam e respeitem a Pachamama como um todo que tem vida e que também gera vida. Um todo capaz de se regenerar e se autorregular se respeitarmos sua autodeterminação. Um todo do qual fazemos parte e que nos abriga no seu ser, sendo nós apenas cuidadoras e cuidadores circunstanciais que dela se nutrem e se alimentam, respeitando-a. Não a parcelamos ou exigimos direitos de propriedade. A tecnologia e o dinheiro devem estar a serviço das experiências desenvolvidas a partir desta concepção para o enfrentamento das Mudanças Climáticas.

A partir dessa perspectiva feminista comunitária, reiteramos que não queremos dinheiro em troca dos danos causados à Pachamama ou às mulheres. Aceitar dinheiro será como uma bomba-relógio, significará que eles continuarão explorando e pagando pela exploração. Queremos a restituição de direitos. Já não se pode

reparar os danos causados, mas podem ser restaurados os direitos da Pachamama, e assim desmantelar o patriarcado com seus Estados, seus exércitos, suas empresas transnacionais, sua lógica hierárquica e toda a violência que ele significa para as mulheres e a Pachamama. Tampouco aceitaremos que as mulheres sejamos responsabilizadas pela depredação, o que temos diante de nós é uma tarefa comunitária. Em outras palavras, de todas e de todos.

NT: Esse trecho é parte do pronunciamento do Feminismo Comunitário Latino-americano na Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas, realizado em Tiquipaya, Bolívia, abril de 2010.

A MUDANÇA CLIMÁTICA CRIOU UMA NOVA GERAÇÃO DE VÍTIMAS DO TRÁFICO SEXUAL

Por: Justine Calma, originalmente para QZ, texto não integral

Tradução: Winnie Lo

Quando o tufão Haiyan atingiu as Filipinas em novembro de 2013, ele tinha sido a tempestade mais forte de toda história a chegar a terra firme. Um "supertufão" com velocidades de vento que alcançavam 196 milhas por hora, Haiyan desalojou mais de quatro milhões de pessoas e quase dizimou a cidade costeira de Tacloban. Moradoras como Kristine ainda recordam o cheiro da morte que flutuava na brisa do mar e permeava as ruas.

"Morreu gente demais", diz Kristine, sombriamente. Mas a tempestade, conhecida localmente como Yolanda, foi apenas o começo de uma viagem dolorosa que ela estava prestes a fazer.

Depois que o céu ficou limpo, um segundo desastre humanitário se desdobrou no Tacloban Astrodome, uma arena de esportes onde milhares se abrigaram. Uma economia clandestina se enraizou à medida que as mulheres e meninas foram vendidas por alimentos e escassos suprimentos de ajuda, ou traficadas para trabalho forçado e trabalho sexual por recrutadores que ofereciam empregos e bolsas de estudo. Kristine diz que foi vendida para homens todas as noites; alguns homens eram trabalhadores da ajuda humanitária estrangeira, ela acredita. Os homens a estupraram, tiraram fotos e gravaram vídeos. Kristine tinha 13 anos.

À medida que as tempestades severas e o aumento do nível do mar desgastavam as regiões costeiras, mulheres e meninas estão cada vez mais em risco. A mudança climática é um novo fator de impulso para o tráfico humano; seus efeitos destroem os meios de vida e colocam as mulheres e as crianças em situações pós-catástrofe exploradas pelos traficantes.

Wendy, 25, que cresceu nas Visayas Orientais, trabalhou como "bar girl" no Club Atlantis, na notória Avenida Fields, em Angeles — um distrito da luz vermelha que brotou a serviço de homens alocados na Base Aérea de Clark, uma base americana que operou desde o início do século XX, quando as Filipinas eram uma colônia americana, até os meados de 1990. Hoje, a Fields é composta de alguns quarteirões forrados de bares, luzes neon e estrangeiros — em grande parte homens dos Estados Unidos, Europa e Austrália — onde meninas dançam em palcos de biquíni ou nem isso. Os clientes podem comprar "bebidas paras as damas", para passar um tempo com as meninas de sua escolha, ou podem pagar uma "taxa de bar" e levar uma menina para passar a noite.

Wendy já estava em Angeles quando Haiyan chegou e lembra de uma onda de gente das Visayas chegando para trabalhar na Fields logo após a tempestade. "Av. Fields era como Tacloban, todo mundo era da minha cidade", diz ela. Suas próprias primas embarcaram num voo para Angeles com passagens que acreditavam ser grátis, dadas como ajuda humanitária, mas uma vez que chegaram, foram recrutadas para trabalhar nos bares.

"Eu estava tão preocupada porque não há nada o que fazer para ajudá-las. Você é impotente", diz Wendy. "Por que isso acontece? Isso nunca para — uma tragédia atrás de outra. Depois de [Haiyan], teve Ruby." O supertufão Ruby, conhecido internacionalmente como Hagupit, atingiu Tacloban apenas um ano depois de Haiyan, enquanto os habitantes estavam ainda se recuperando.

"Quando você está degradando o ambiente, você está degradando o *status* das mulheres", diz Emma Porio, professora de sociologia na Universidade de Manila.

Quando as famílias perdem seus meios de vida e não conseguem se recuperar entre eventos climáticos severos, aumenta a pressão sobre as mulheres e crianças para sustentar a família — às vezes, a qualquer custo.

De acordo com Porio, espera-se que as mulheres cuidem das crianças e as alimentem — muitas vezes tornando-se as principais provedoras do lar nas comunidades pobres e rurais das Filipinas. "O espaço doméstico é 'o lugar de rainha' dela mas é também a fonte da sua opressão",

diz Porio. A responsabilidade de sustentar a família por qualquer meio necessário torna as mulheres mais suscetíveis às ofertas de emprego enganosas dos traficantes, e com menos chances de deixar um empregador abusivo depois de terem sido traficadas.

Assistentes sociais do Departamento de Bem-Estar Social e Desenvolvimento das Visayas Orientais relataram aumento no número de pessoas traficadas depois de Haiyan, triplicando de 20 para 60 vítimas atendidas na região, no ano depois da tempestade. Ainda assim, eles são em grande parte incapazes de captar a magnitude do problema

"Apenas se imagine a si mesma no dia depois de Haiyan. Você vê todos os mortos. Você vê tudo estragado. O que você vai perder se alguém te diz 'Vou te dar comida ou vou apoiar seus estudos'?" diz Romina Sta. Clara, uma "especialista em proteção" da Organização Internacional de Migração.

Quem trabalha com tráfico e migração diz que está ficando cada vez mais claro que a mudança climática aumenta os riscos da violência contra a mulher. "Não estamos apenas vendo isso como um fenômeno nas Filipinas. Mais e mais países na Ásia e no Pacífico serão afetados por isso", diz Sta. Clara. "É a realidade da mudança climática." Por exemplo, os traficantes têm tido como alvo as crianças deslocadas por inundações relacionadas com mudanças climáticas em todo o sul da Ásia, em particular na Índia e no Nepal. Um relatório do Programa de Meio Ambiente da ONU observou que o tráfico aumentou em 20–30% durante desastres naturais no Nepal entre 1990 e 2011.

No dia de Natal de 2016, outro supertufão, "Nock-ten", bateu nas Filipinas, enviando cerca de 380 mil filipinos para centros de ajuda humanitária, rondados por traficantes. Embora quase todos os deslocados tenham conseguido voltar para casa ao final de janeiro, umas 395 mil construções foram danificadas e foram perdidos 195 mil toneladas de arroz, milho e grãos de alto valor no total de $90 milhões de dólares.

Milhares de famílias lidam com as consequências dessas tempestades, mas os esforços nacionais e globais para enfrentar a mudança climática estão no limbo. Enquanto isso, as mulheres na linha de frente das mudanças climáticas estão procurando formas de manter a segurança de umas às outras.

Jenia Rosialda, 23, e sua amiga Eva Ybanez Ingo, 26, estavam entre as sobreviventes do Tufão Haiyan. As duas se refugiaram no Tacloban Astrodome, onde elas enfrentaram novos perigos uma vez que a tempestade passou. "Se cochilávamos, ficaríamos inconscientes — isso era perigoso para nós", diz Rosialda. "Temos que fazer alianças para poder cuidar umas das outras, de mulher para mulher." Elas estavam com medo de agressão sexual em áreas comuns de lavagem, portanto evitavam tomar banho ou ir ao banheiro sozinhas.

As duas recordam multidões caóticas no abrigo quando a ajuda humanitária era distribuída. Elas dizem que alguns homens podiam se empurrar para a frente e pegar mais produtos do que os outros. Algumas mulheres, na extrema necessidade de produtos básicos, recorreram à troca de sexo por provisões. Rosialda e Ybanez, em vez disso, dependiam uma da outra para necessidades diárias. "Compartilhe suas bênçãos" era o lema delas, Rosialda diz. "Se as minhas calcinhas acabarem, você pode me emprestar umas?"

Depois de deixar o Tacloban Astrodome, Kristine de 13 anos foi traficada até Manila por um amigo da família. Ela trabalhou como empregada doméstica por pouco salário, e era às vezes trancada num quarto por dias. Com a ajuda de uma vizinha, ela eventualmente escapou e agora está morando em um abrigo operado pelo Visayan Forum, uma ONG que trabalha contra o tráfico nas Filipinas.

Agora com 16 anos, Kristine brinca um jogo no abrigo chamado "Bahay, Bata, Baguio" ("Lar, Criança, Tempestade"). Para brincar, as mulheres jovens ficam em grupos de três. Duas meninas levantam os braços para construir um teto acima da terceira, que faz o papel de "criança". Quando o facilitador grita "tempestade", o caos instala conforme todo mundo se desfaz, corre pela sala e forma um novo trio — construindo um novo lar com uma nova criança dentro. O jogo é um símbolo para essas jovens mulheres: quaisquer sejam as tempestades por vir, toda criança merece encontrar um abrigo seguro.

Você pode ler o texto traduzido completo aqui:

https://qgfeminista.org/a-mudanca-climatica-criou-uma-nova-geracao-de-vitimas-do-trafico-sexual

ECOFEMINISMO: A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Por: Alicia H. Puleo

Tradução: Sabrina Falcão

O ecofeminismo surgiu do encontro entre feminismo e ecologia. Talvez justamente por seu duplo pertencimento, ainda é uma grande incógnita para ambos os movimentos, a despeito de, na sua variedade de correntes, abrir um horizonte promissor para feministas e ecologistas.

Quero começar enfatizando que ser ecofeminista não implica afirmar que as mulheres, de maneira inata, são mais ligadas à natureza e à vida do que os homens. Embora algumas teóricas tenham visto desta maneira, de uma perspectiva construtivista da subjetividade de gênero, podemos considerar que o interesse que as mulheres têm em questões ecológicas, segundo estudos internacionais, não é um mecanismo automático relacionado ao sexo. Há mulheres incansáveis em defesa do meio ambiente e outras que detestam e combatem o ambientalismo. "Mulheres" e "ecologia" não são sinônimos. Nisso, como em outros aspectos das identidades de gênero, a realidade mostra uma grande variedade de indivíduos, mas também inclinações vinculadas à socialização para certas tarefas e atitudes. Coletivamente, as mulheres não tiveram acesso a armas de modo geral, e têm sido tradicionalmente responsáveis pelas tarefas de cuidar das vidas mais frágeis (crianças, idosos e doentes) e da manutenção da infraestrutura de material doméstico (cozinha, roupas, etc.), desenvolvendo, em termos estatísticos, uma subjetividade "relacional", atenção aos outros e maior expressão de afetividade. Quando essas características são combinadas com informações adequadas e uma desconfiança saudável em relação aos discursos hegemônicos, as condições são dadas para despertar seu interesse em ecologia.

I. O próprio corpo

Em meados dos anos setenta do século XX, Françoise d'Eaubonne, criadora do termo "ecofeminismo", via o problema da superpopulação global como um ponto em comum relevante entre reivindicações feministas e preocupações ambientais. Reivindicou a liberdade das mulheres para decidir ter ou não ter filhos, quando as leis da França ainda não reconheciam isso. Hoje, essa liberdade ainda é uma questão pendente em muitos países. A partir da minha proposta de um ecofeminismo explicado – isto é, de um ecofeminismo que faz parte da tradição de crítica à opressão e defesa da igualdade (Puleo, 2008) – considero de importância fundamental que os direitos sexuais e reprodutivos sejam aceitos pelo que eles são: direitos humanos que salvaguardam a autonomia das mulheres e reduzem a pressão demográfica na Terra.

As mulheres não estão expostas apenas à violência de gênero (feminicídio, morte pelas mãos de um homem que não aceita separação, mutilação sexual ritual, assédio sexual, estupro em tempos de guerra e paz etc.), mas também estão mais expostas aos efeitos negativos da contaminação ambiental, devido às suas características biológicas. Substâncias tóxicas presente em purificadores de ar, equipamentos de informática, plásticos, tintas, pesticidas, etc. agem como desreguladores endócrinos perigosos que afetam primeiro – mas não exclusivamente – a saúde de mulheres, meninas e meninos, mesmo durante a vida fetal. Os xenoestrogênios (substâncias quimicamente semelhantes ao estrogênio feminino natural) parecem desempenhar um papel no aumento do câncer de mama nos últimos cinquenta anos. Como pode ser inferido, a preocupação feminista com a saúde da mulher na sociedade química se conecta com objetivos ambientalistas.

II. Gênero, classe, raça, geopolítica e ecologia

O pensamento e a práxis ecofeminista revelaram as conexões entre desigualdade de gênero, sexismo, racismo, classismo, divisão Norte-Sul e deterioração ambiental. Os riscos nas questões ambientais são mais altos para mulheres em bairros populares com fábricas poluentes e aterros, e para mulheres trabalhadoras de certos setores in-

dustriais e agrícolas que empregam agroquímicos. Eles também são altos para os habitantes mais humildes dos países pobres.

A famosa ecofeminista indiana, Vandana Shiva, foi uma das primeiras a mostrar a deterioração nas condições de vida das mulheres rurais pobres no Terceiro Mundo, devido ao "desenvolvimento ruim", o desenvolvimento colonizador que acaba com o cultivo de hortas de subsistência familiar, destrói florestas comunitárias e aniquila a biodiversidade. Essas mulheres são forçadas a caminhar quilômetros para procurar a lenha que elas costumavam encontrar ao lado de sua aldeia, e ficam doentes com novas doenças devido à contaminação por pesticidas. Elas conhecem a face sinistra da "modernização" (Shiva, 1995). Elas geralmente acabam morando com seus filhos nas favelas das grandes capitais do chamado sul. No entanto, às vezes, elas são protagonistas da resistência e das lutas (Shiva, 2003) que Joan Martínez Alier chamou de "ambientalismo dos pobres".

Considero que uma das manifestações atuais mais eloquentes do encontro entre o olhar feminista e ecológico é o fenômeno de grupos de reivindicação de mulheres na luta pela "soberania alimentar". A aspiração da igualdade entre os sexos em conexão com as propostas e as demandas da Via Campesina estão mostrando que muitas mulheres encontram na agroecologia uma nova maneira de capacitar-se na família e na sociedade. Elas deixam a esfera doméstica, obtêm reconhecimento e recursos, denunciam a violência de gênero e outras formas de opressão patriarcal que as afetam, melhoram sua saúde, a própria e a de toda a sociedade, preservando o ecossistema.

III. Viés de gênero e antropocentrismo

O androcentrismo, ou o viés patriarcal da cultura, é o resultado de uma história que excluiu as mulheres dos espaços declarados importantes. A partir do pensamento androcêntrico, desvalorizou-se todas essas atividades e formas de perceber e sentir o mundo, por serem consideradas femininas. A religião e a filosofia apresentaram "a mulher" como Natureza e sexualidade. E o pensamento ocidental generalizou uma percepção "arrogante" do mundo (Warren,

1996) em que a natureza é uma matéria-prima simples, inferior e existente para ser dominada e explorada por uma razão despida de sentimentos de compaixão (Plumwood, 1992).

Em diálogo com a chamada "ética do cuidado", o ecofeminismo apontou que todas as tarefas relacionados à subsistência e manutenção da vida (começando com o uso doméstico e dos próprios povos fora do mercado), foram injustamente desvalorizados (Mellor, 1997) de acordo com o *status* inferior concedido à natureza. Revelam-se, assim, os vínculos de legitimidade mútua entre patriarcado e capitalismo.

Também a compaixão e o amor por animais não humanos foram afetados pelo *status* de gênero. Uma cultura que mitologizou o guerreiro e o caçador, muitas vezes vê atitudes de empatia com criaturas sofredoras como sentimentalismo e infantilidade consideradas típicas das mulheres. A mulher foi naturalizada e a natureza foi feminilizada. Devemos superar os dois processos de dominação. Agora que as mulheres estão deixando o mundo doméstico, determinadas a participar plenamente nos campos do trabalho assalariado, política e cultura, temos que garantir que nossas vozes contam quando determinamos qualidade de vida e valores éticos.

As mulheres não somos as salvadoras do planeta nem as representantes privilegiadas da Natureza, mas podemos contribuir para uma mudança sociocultural em direção à igualdade que permita que práticas do cuidado, que historicamente eram apenas femininas, tornem-se universais, ou seja, também própria dos homens e que se estenda ao mundo natural não humano.

Eu acho que uma posição ecofeminista bem informada, assim como uma teoria crítica da cultura androcêntrica e antropocêntrica, permite nos entender melhor como espécie, e entender as causas e consequências da nítida divisão entre natureza e cultura que marca nossa história e tentar superá-la. Os seres humanos são natureza e cultura em uma unidade complexa. Será necessário lembrar aos homens que "também" compartilham o mesmo duplo pertencimento, uma verdade muitas vezes esquecida devido à construção da masculinidade patriarcal. Conseguiríamos, assim, uma redefinição do ser humano um pouco mais realista, mais modesta, mais igualitária e mais apta para enfrentar os problemas do século XXI.

Bibliografia:

AGRA, María Xosé (comp.). Ecología y feminismo. Granada: Ed. Comares, 1997. MELLOR, Mary. Feminism and Ecology. Cambridge: New York University Press, 1997.

PLUMWOOD, Val. Feminism and the Mastery of Nature. London-New York: Routledge, 1993.

PULEO, Alicia, "Del ecofeminismo clásico al deconstructivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido", en Celia Amorós y Ana de Miguel (ed.). Teoría feminista. De la Ilustración a la globalización, vol. 3ª ed. Madrid: Minerva, 2005, pp. 121-154.

PULEO, Alicia, "Medio ambiente y naturaleza desde la perspectiva de género", en GARRIDO, F., GONZÁLEZ DE MOLINA, M., SERRANO, J.L. y SOLANA, J.L. (eds.). El paradigma ecológico en las ciencias sociales. Antrazyt: Icaria, 2007, pp. 227-252. PULEO, Alicia. "Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado", en Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, n° 38, enero-junio 2008.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo. trad. Instituto del Tercer Mundo de Montevideo (Uruguay). Madrid: Cuadernos inacabados 18, ed. horas y HORAS, 1995.

SHIVA, Vandana. Manifiesto para una democracia de la Tierra. Justicia, sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

VV. AA. Soberanía alimentaria desde y para el empoderamiento de las mujeres. La visión sur en el empoderamiento de las mujeres para la equidad de género. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, 2009.

WARREN, Karen (ed.). Ecological Feminist Philosophies. Indiana University Press, 1996.

ESTE ZINE É O RESULTADO DO
TRABALHO DE VÁRIAS MULHERES.

QUALQUER PESSOA ESTÁ
APTA A VENDÊ-LO PARA
CUSTEAR SUA PRODUÇÃO.
ESTE ZINE NÃO POSSUI FINS COMERCIAIS.

CADA MATERIAL PRESENTE NESTE ZINE
PERTENCE À SUA RESPECTIVA AUTORA.

É PROIBIDO MODIFICAR ESTE
MATERIAL SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA.
NÃO RETIRE OS CRÉDITOS.

É LIVRE A REDISTRIBUIÇÃO
DESTE MATERIAL.

2020 © CACHALOTE PUBLICAÇÕES

Cachalote
PUBLICAÇÕES